

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques

Bruno Conceição

Thiago Moraes

Doacir Quadros

Érica Anita Baptista

Patrícia Contreiras

Romer Mottinha

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nerea Ramírez

Noelle Del Giúdice

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

O QUE NOS TROUXE, O QUE NOS ESPERA?

Cláudio Gonçalves Couto

Fundação Getúlio Vargas/Secretário Executivo da ANPOCS

✉ claudio.couto@fgv.br

Resumo: Para além de seus efeitos imediatos, a crise política brasileira, que culminou no processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, tem consequências de mais longo prazo. Ela lançou para polos politicamente antagônicos partidos que atuaram simultaneamente como parceiros e como competidores de um mesmo setor, o campo progressista. O conflito extremo inerente à disputa sobre a legitimidade do processo de impeachment tornou muito difícil que PT, por um lado, PMDB e PSDB, por outro, voltem a relacionar-se como adversários leais ou, até mesmo, parceiros.

Palavras-chave: Crise Política; Partidos Políticos; Conflitos Políticos.

Abstract: Apart from its immediate effects, the Brazilian political crisis that culminated in the impeachment of President Dilma Rousseff, has longer-term consequences. It sent to antagonistic poles political parties which acted both as partners and as competitors in the same sector, the progressive camp. The extreme conflict inherent in the dispute over the legitimacy of the impeachment process has made it very difficult for PT, on the one hand, PMDB and PSDB, on the other, go back to relate as loyal opponents or even partners.

Keyword: Political Crisis; Political parties; Political conflicts.

A crise brasileira atual, que culmina com a aprovação do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff pela Câmara dos Deputados, embute um aspecto particularmente grave se considerada a grande perspectiva histórica. Ela leva para polos antagônicos no campo dos procedimentos de competição política atores chave do processo de redemocratização brasileira, no caso, os principais partidos da cena política nacional: o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Mesmo que operando ao longo de todo esse período como competidores em diversos âmbitos e circunstâncias, esses partidos perfilaram-se do mesmo lado do embate contra o regime autoritário. O PMDB herdou o

nome e o aparato organizacional do velho MDB, única agremiação legal de oposição durante a ditadura militar. De sua costela brotou o PSDB, já ao final dos anos 80, levando consigo boa parte do que poderia ser entendido à época como a continuação efetiva da tradição do MDB Histórico – tanto em termos das lideranças que lhe criavam, como no que concerne a seu posicionamento político originário, no âmbito do que se poderia denominar como “campo progressista”. A essa altura, o PMDB já havia se tornado algo muito parecido com o que conhecemos hoje, um gelatinoso amontado de políticos pragmáticos, atavicamente governistas e mais propensos a posições conservadoras do que progressistas.

O PT, por sua vez, nasceu e correu por algum tempo ao largo do processo que transformou e deu origem às outras duas agremiações. Em sua criação, na virada dos 70 para os 80, o partido chegou a atrair momentaneamente algumas lideranças que ficaram na dúvida entre embarcar no seu projeto – originariamente muito mais movimentista que institucional – ou apostar no bem mais seguro caminho da continuidade emedebista. A mais célebre destas lideranças titubeantes foi Fernando Henrique Cardoso, que descrente da proposta e da viabilidade petistas, inicialmente ficou no PMDB, rompendo depois com ele para dar origem ao mais vertebrado PSDB.

As relações do PT com os outros dois nunca foi fácil. De início, denunciava o conservadorismo emedebista e propunha formas mais radicais de democracia e de ação política de um modo geral. Daí suas seguidas negativas às tentativas de cooptação por parte da agremiação maior. Um primeiro episódio importante, pois constitutivo dessa relação, foram às eleições municipais de 1985, em São Paulo. Naquele momento, o então candidato peemedebista, Fernando Henrique Cardoso, bem como seu partido, conclamaram os petistas a lhe hipotecarem apoio, sob o argumento do “voto útil”. Segundo tal argumento, não faria sentido aos progressistas, numa eleição ainda sem segundo turno, facilitar a vitória de um conservador como Jânio

Quadros. Para evitá-la, a fórmula paternalmente sugerida pelos peemedebistas era simples: a desistência do candidato petista, Eduardo Suplicy, apoiando o candidato progressista “viável”. Tomada como indecente e arrogante, tal proposta foi repudiada. Fazia sentido tal rechaço para um partido que ainda buscava se afirmar e que obteve alentados 20% dos votos naquela eleição. Fernando Henrique, o peemedebista, perdeu para Jânio por menos de 3% de diferença, depois de ter-se deixado fotografar sentado na cadeira de prefeito.

A desfeita do convite e a insolência da recusa ficaram marcadas como mágoas duradouras para as duas agremiações. No caso dos aliados de Fernando Henrique, tal mágoa foi levada como espólio depois do desembarque do PMDB, três anos depois, quando o PSDB foi criado. Não foi à toa que as relações entre petistas e tucanos tenham sido tão áspera durante os quatro anos da tumultuada gestão de Luíza Erundina na Prefeitura de São Paulo. Apesar dos dois partidos ainda possuírem naquele momento algumas afinidades relacionadas à luta histórica comum de seus dirigentes pela redemocratização, engalfinhavam-se como irmãos ciumentos.

Essa luta histórica tinha alguns capítulos importantes, alguns dos quais protagonizados ainda pelo PMDB, antecessor dos tucanos. Em 1984, na campanha pelas Diretas Já, os dois partidos estiveram juntos nos palanques país afora. Com a derrota da Emenda Dante de Oliveira e a opção peemedebista por disputar a presidência no Colégio Eleitoral, deu-se a ruptura com o PT. Isolado no campo oposicionista, o ainda liliputiano partido optou por não comparecer ao Colégio Eleitoral, punindo com a expulsão os parlamentares dissidentes de uma diminuta bancada de oito deputados. Com essa atitude, demarcava o terreno de sua opção por uma atuação democrática muito menos conciliadora do que aquela aceita pelos peemedebistas.

A repetição dessa postura, aí já com o PSDB criado, ocorreu por ocasião da votação final da Assembleia Nacional Constituinte, ao final de 1988, quando o PT foi o único partido a votar contra o texto final, por

considerá-lo demasiadamente conservador. Mesmo assinando a Carta, os parlamentares constituintes petistas – Lula entre eles – novamente marcavam posição contra o que consideravam um novo episódio do conservadorismo da transição brasileira. Mais uma vez ficaram isolados em sua posição.

O segundo turno das eleições presidenciais de 1989, quando o PT obteve o apoio dos tucanos e de setores importantes do PMDB (rechaçou o de Ulysses Guimarães), mostrava que as afinidades herdadas da transição para a democracia ainda pesavam, a despeito dos duros embates ocorridos noutras situações. Ao menos em alguma medida, foi deixada de lado aqui a propensão petista de negar qualquer forma de conciliação com aqueles que não abraçassem suas concepções mais radicais de democracia e de prioridades substantivas, ocorrida tanto no Colégio Eleitoral como na Constituinte.

Na realidade, nesse período já se gestava uma modificação na percepção petista acerca do jogo democrático, impulsionada sobretudo pelas experiências governamentais do partido em nível municipal. A necessidade de se compor com adversários eleitorais para construir maiorias legislativas – mesmo que pontuais – levava o partido a uma paulatina e crescente moderação. Novas vitórias eleitorais, que levaram ao contínuo aumento da bancada no Congresso, bem como à conquista governos estaduais, aprofundaram esta tendência. Procedimentalmente, o partido se tornou cada vez similar às suas duas grandes contrapartes na competição democrática, PMDB e PSDB.

Porém, se os procedimentos se assemelhavam, a rivalidade crescia entre os dois polos programaticamente mais consistentes dessa trinca, PT e PSDB. As disputas nacionais pela Presidência da República a partir de 1994, as contendas municipais e estaduais, a oposição petista sem trégua ao governo FHC, tudo isto aguçou cada vez mais a rivalidade entre os partidos. A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, batendo um candidato tucano, aprofundaram ainda mais o cisma. Em seguida, seu discurso sobre uma

suposta “herança maldita” que lhe teria sido deixada pelo antecessor, bem como seu desdém por qualquer coisa que tenha sido feita anteriormente, tiveram o condão de aprofundar ainda mais tal diferença. As novas derrotas eleitorais, impostas aos tucanos nas três eleições subsequentes, dilataram a mágoa dos derrotados e a empáfia dos novos vitoriosos. A história comum da transição democrática foi-se tornando cada vez mais, apenas, uma reminiscência.

Enquanto isso, o PMDB se tornava, cada vez mais, o PMDB: um partido de adesão a qualquer governo. Apoiou aos tucanos, com FHC, e aos petistas, com Lula, enquanto isto lhe foi rentável. O peso de sua trajetória durante a redemocratização também se converteu cada vez mais numa mera reminiscência, algo que teve uma contrapartida no polo oposto da transição, com o herdeiro da ARENA (depois PDS, PPR, PPB), o PP. Este também se transformou num mero partido de adesão, que cabalava apoio parlamentar por cargos tanto com petistas como com tucanos. Sua condição de herdeiro do regime militar também virou mera reminiscência. Sua diferença em relação ao PMDB passou a ser fundamentalmente de escala; menor, tornou-se um arremedo menos poderoso do outro.

O passado comum, de coparticipes da transição de PT, PSDB e PMDB, foi substituído, num caso, por antagonismo, noutro, por contubérnio. Enquanto os dois primeiros migraram paulatinamente da lógica adversária para a inimizade, o PMDB se mostrou como o disponível parceiro de conveniência para qualquer um deles – embora sempre com um dote caríssimo.

A inimizade, associada ao inconformismo das seguidas derrotas eleitorais, levaram o PSDB à contestação dos resultados das urnas, mimetizando o velho comportamento udenista do pré-64. Um ensaio embrionário desta conduta se deu em 2010, quando se questionava o direito ao presidente de apoiar sua sucessora (como se fosse ele apenas um chefe de

Estado, e não também chefe de governo, que toma partido). A consumação desse comportamento ocorreu em 2014, já no dia seguinte à derrota eleitoral, quando lideranças tucanas questionaram a legitimidade da vitória eleitoral com base em boatos difundidos por redes sociais, requerendo uma recontagem dos votos.

Gestava-se ali, na contestação à vitória eleitoral com base em boatarias, o movimento pelo *impeachment*. Reforçando este movimento de negar legitimidade à vitória eleitoral, publicistas simpáticos à oposição alegavam que a candidata vitoriosa não houvera sequer conseguido uma maioria de votos; para justificar tal afirmação computavam como votos contrários a Dilma Rousseff não só os sufrágios destinados a Aécio Neves, mas também todos os votos nulos, em branco e ainda os não-comparecimentos. Esse raciocínio tortuoso fazia eco às alegações udenistas contra a vitória de Juscelino Kubitschek em 1955, por este não ter atingido uma maioria absoluta de votos, muito embora a regra eleitoral exigisse apenas a maioria simples.

Tem-se aí o “pecado original” do processo de *impeachment*. Mesmo antes que houvesse qualquer razão substantiva para o afastamento da presidente da República, já havia a disposição para fazê-lo. Nós, que já tivemos o “parlamentarismo às avessas” durante o Império, construímos um “*impeachment* às avessas” no ocaso da Nova República: não surgira uma motivação que justificasse o impedimento, mas decidira-se por um impedimento para o qual se buscava alguma justificativa. Embora iniciado pelo PSDB ao questionar a legitimidade da vitória eleitoral, esse movimento assumiu abertamente tal feitio pela mobilização das ruas, liderada por movimentos organizados de uma nova direita. Inicialmente avesso a abraçar abertamente tal bandeira, o partido se viu gostosamente compelido a fazê-lo, tendo como principal signatário do pedido de *impeachment* um de seus mais conhecidos juristas, Miguel Reale Júnior.

O PMDB, inicialmente alheio a tais movimentações e ainda aliado ao governo, foi lentamente mudando sua posição. Teve seu movimento facilitado pelo desgaste do governo, ocasionado pelas seguidas trapalhadas políticas da presidente e de seus assessores mais íntimos, bem como pelo esfrelamento da economia, causado pela bizarra política econômica do primeiro mandato. Somou-se a isto o desgaste provocado pelos escândalos advindos da Operação Lava Jato e a cobertura inclemente da mídia de oposição. De aliado solícito, ainda que caprichoso e caro, o PMDB se converteu no principal conspirador para a derrubada da presidente. O vice-presidente da República, interessado no cargo, e o presidente da Câmara dos Deputados, ávido por vingança e buscando proteção contra sua própria desgraça advinda de seus próprios escândalos, uniram-se para desembarcar da coalizão e por termo ao governo. Ao fazerem-no, deram o sinal para que lhe seguissem os demais partidos de adesão. E assim o governo acabou de vez.

Rompeu-se ali qualquer afinidade, mesmo uma reminiscência, que ainda unisse pela via procedimental os partidos que protagonizaram a transição democrática no Brasil. Produziu-se assim um imenso obstáculo para que, no futuro próximo, tais partidos ainda possam atuar numa lógica adversária, em vez de inimiga.

Permanecendo como agremiações ainda importantes na próxima quadra histórica, será um pesado passivo está mudança dos padrões de relacionamento para uma interação na qual permanecerá a percepção de que um dos atores foi posto para fora do jogo de forma ilegítima pelos outros dois protagonistas. Uma eventual substituição dos atores centrais, talvez pela perda de espaço do PT no campo da esquerda, pode atenuar os efeitos práticos imediatos desse passivo. Porém, tal substituição não é uma operação simples, já que se trata de um partido com forte enraizamento em organizações da sociedade civil, que não serão simplesmente deslocadas para outras agremiações que, porventura, venham a ocupar no mercado eleitoral o espaço

DOSSIÊ
CLÁUDIO GONÇALVES COUTO
O QUE NOS TROUXE, O QUE NOS ESPERA?

até aqui ocupado pelo PT. O fato é que a democracia brasileira sai claramente fraturada desse processo, sendo que tal fissura é a mais clara involução do contínuo processo de aprimoramento democrático que vivemos desde o início dos anos 80.